

A complementaridade dos ciclos de vida no desenvolvimento humano

The complementarity of life cycles in human development

Mário Volpi¹

DOI: 10.1590/2358-28982026E110951P

RESUMO A adolescência, segunda década da vida, é analisada à luz do conceito de complementaridade dos ciclos de vida. O desenvolvimento humano constitui-se em um processo contínuo no qual cada fase influencia a seguinte. Mediante revisão teórica de autores clássicos e contemporâneos, análise de dados demográficos recentes e exemplos de indicadores educacionais, descrevem-se as rupturas e transições que marcam a infância, a adolescência e a juventude. Demonstra-se que a adolescência é estruturada em três eixos centrais – interação, autonomia e identidade –, cuja maturação depende das experiências acumuladas na infância e condiciona oportunidades futuras na juventude. Evidencia-se que contextos de proteção, estímulo e apoio familiar promovem trajetórias virtuosas, enquanto privações e violências tendem a perpetuar ciclos de vulnerabilidade e desigualdade. Discutem-se as contribuições de autores clássicos e achados da neurociência que elucidam mudanças cognitivas, afetivas e sociais próprias dessa etapa, destacando a sensibilidade ampliada ao risco social e à influência dos pares. A complementaridade demanda políticas públicas planejadas e integradas, estabelecendo metas específicas para cada década da vida. Conclui-se que reconhecer a adolescência como fase estratégica, inserida em um continuum de desenvolvimento, é condição para formular intervenções educacionais, de saúde e de proteção que promovam pleno desenvolvimento humano e redução das desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE Adolescência. Complementaridade dos ciclos de vida. Políticas Públicas.

ABSTRACT *Adolescence, the second decade of life, is analyzed through the lens of life-cycle complementarity. Human development is a continuous process in which each stage shapes the next. Drawing on a theoretical review of classical and contemporary authors, analysis of recent demographic data and illustrative educational indicators, this essay describes the ruptures and transitions that mark childhood, adolescence and youth. The study shows that adolescence is structured around three core axes – interaction, autonomy and identity – whose maturation depends on experiences accumulated in childhood and determines future opportunities in youth. Contexts of protection, stimulation and family support foster virtuous trajectories, whereas deprivation and violence tend to perpetuate cycles of vulnerability, illiteracy and inequality. The article also discusses contributions from classical authors and neuroscience findings that elucidate the cognitive, affective and social changes distinctively of this stage, highlighting heightened sensitivity to social risk and peer influence. Using the concept of complementarity, it argues that public policies must be designed in an integrated manner, with specific targets for each decade of life. The article concludes that acknowledging adolescence as a strategic phase embedded in a continuum of development is a prerequisite for formulating educational, health and protection interventions that promote full human development and reduce inequalities.*

KEYWORDS *Adolescence. Life-cycle complementarity. Public policies.*

¹Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) – Brasília (DF), Brasil.
mvolpi@unicef.org



Introdução

A análise da situação da infância e da adolescência, separadamente, sem tratar da relação entre os diferentes ciclos do desenvolvimento humano, constitui-se em um grave problema na elaboração de políticas públicas para esses grupos, gerando programas pontuais, políticas fragmentadas e resultados poucos expressivos no enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais existentes.

A partir de uma abordagem histórica e da apresentação das principais teorias sobre as fases, etapas ou ciclos do desenvolvimento humano, este ensaio tem o objetivo de demonstrar como o conceito de complementariedade dos ciclos de vida é crucial para compreender cada etapa em si e suas relações entre si e a necessidade de políticas públicas específicas e articuladas para assegurar seus direitos.

A estrutura deste ensaio parte dos dados demográficos mais recentes, sistematiza diferentes teorias, agregando conceitos da psicologia, da pedagogia, da sociologia e da neurociência.

Este estudo tratará da segunda década da vida, a adolescência, como uma fase do desenvolvimento humano; mas, para entendê-la no contexto em que ela ocorre, é preciso explorar o conceito de ‘complementaridade’.

O desenvolvimento humano resulta de um conjunto complexo de processos biológicos, psíquicos, sociais, culturais e até econômicos que têm impactos diferenciados nas diferentes fases da vida, às vezes como continuidade e, outras, como ruptura. Os seres humanos se desenvolvem por meio de rupturas radicais, como a que ocorre no nascimento, com o rompimento literal do cordão umbilical, ou no rápido crescimento físico, também chamado de ‘estirão’, no início da adolescência para as meninas e no meio dessa fase para os meninos, bem como por meio de transições suaves, como ocorre ao longo dos anos quando se muda de idade de um ano para o outro.

Embora muitos autores clássicos do século passado – como Jean Piaget (1896-1980),

Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934), Erik Erickson (1902-1994) e Sigmund Freud (1856-1939) – tenham proposto fases diferenciadas de desenvolvimento, estabelecendo recortes etários em que processos específicos ocorrem, todos concordam que há continuidade no desenvolvimento e que uma fase influencia a outra, seja pela realização dos processos previstos, seja pela ausência da ocorrência deles. Nos estudos mais recentes sobre essa fase da vida, as evidências também indicam essa progressividade¹.

Uma criança estimulada, protegida da violência, alimentada adequadamente, que vivencia relações de apoio e compreensão usufruirá, de forma positiva, das aprendizagens, dos conhecimentos e das interações, desenvolvendo o máximo do seu potencial para amadurecer e avançar para a adolescência com uma base emocional. Essa base atenuará os impactos da transição e permitirá vivenciar a adolescência com seus desafios e oportunidades, experimentando novas relações, aprendizados e descobertas que transformarão a nova fase da vida em uma conquista que alimentará a autoestima e a autoconfiança para assumir decisões e responsabilidades que pavimentarão o seu desenvolvimento pessoal e profissional, para, na juventude, realizar a transição para a vida adulta como um ser humano pleno.

Quando o começo de vida é marcado por privações, desigualdades e violências, cada etapa do desenvolvimento subsequente representa um desafio a ser superado, pois a pessoa precisa responder às demandas da nova fase do desenvolvimento sem ter as bases necessárias para construir competências, habilidades, conhecimentos e relações sociais, o que leva a usufruir da nova fase e a se fortalecer como sujeito para avançar em vivências como um jovem. É nesse contexto que se dão os processos de reprodução da pobreza, da baixa escolaridade, do analfabetismo e das vulnerabilidades que afetam crianças, adolescentes e jovens.

Em razão disso, o conceito de complementariedade dos ciclos de vida torna-se fundamental

para o desenvolvimento, a implementação e avaliação das políticas públicas específicas para cada recorte etário.

A transição demográfica e os indicadores sociais

Do ponto de vista demográfico, pode-se pensar em três grandes ciclos iniciais do desenvolvimento humano: a primeira década da vida, a infância; a segunda, a adolescência; e a terceira, a juventude. A publicação Panorama do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² apontou que a população infantil, de 0 a 9 anos de idade, é de 26.454.300, o que equivale a 13% do total da população brasileira vivendo sua primeira década de desenvolvimento: a infância. A adolescência, a segunda década da vida, que vai dos 10 aos 19 anos de idade, com 28.050.903, representa 13,8% da população. Já a juventude, terceira década da vida, com idade entre 20 e 29 anos de idade, é de 30.936.186 e corresponde a 15% da população. Portanto, 42% da população brasileira, ou 85.441.389 pessoas, estão vivendo as três primeiras décadas da vida.

Essas estatísticas evidenciam o envelhecimento da população brasileira e permitem vislumbrar o que o País precisa fazer nas diferentes décadas da vida para garantir o desenvolvimento pleno de suas crianças, adolescentes e jovens.

O estudo 'Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil'³, realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) Anual, dos anos 2016 a 2022, revelou que o analfabetismo na infância sofreu um grave aumento como consequência da pandemia da covid-19, associada à baixa qualidade da educação. Segundo o estudo, houve um aumento do analfabetismo entre crianças de 7, 8 e 9 anos de idade. Em 2019, eram 20% aos 7 anos de idade; 8,5% aos 8 anos de idade; e 4,4% aos 9 anos de idade. Em 2022, esses

percentuais subiram para, respectivamente, 40%, 20,8% e 9,5%³.

Em 2022, a taxa de analfabetismo entre jovens de 10 a 19 anos no Brasil foi de 1,5%, de acordo com a publicação Panorama do Censo 2022 do IBGE², ou seja, mais de 420 mil adolescentes são analfabetos. Na terceira década da vida, a taxa de analfabetismo entre jovens de 20 a 29 anos foi de 3,2%, o que corresponde a aproximadamente 1,1 milhão de indivíduos.

Esse exemplo do analfabetismo aplicado aos três diferentes ciclos da vida evidencia que será preciso fortalecer as políticas educacionais com ações específicas em cada década da vida, não só para 'não deixar ninguém para trás', mas também para assegurar que aqueles que sofreram os impactos da falta ou ineficácia das políticas públicas possam receber uma oportunidade e reconstruir suas trajetórias para usufruir, de forma integral, das etapas subsequentes.

Só existem jovens analfabetos porque, em sua infância e adolescência, foram privados do direito à educação. Avaliar as políticas públicas a partir do conceito de complementaridade dos ciclos de vida permite identificar os momentos-chave nos quais devem ocorrer processos de desenvolvimento que levem à evolução de uma fase a outra com ganhos significativos, possibilitando o acesso às oportunidades da fase seguinte e a continuidade do desenvolvimento humano.

No caso da educação, uma criança que está alfabetizada aos 8 anos de idade, como adolescente, conclui o ensino fundamental aos 15 anos e o ensino médio aos 18; como jovem, vive uma transição positiva para a universidade e realiza um ciclo virtuoso de desenvolvimento que projeta o País para um futuro com menos desigualdades e violações de direitos.

No caso das políticas de saúde, poderíamos examinar a situação nutricional da infância para observar os altos índices de desnutrição e obesidade, que resultam em agravamento na adolescência e, posteriormente, na juventude.

No Brasil, as violências também atravessam os ciclos de vida, com o agravante de iniciar na

infância com maus-tratos, abuso e exploração sexual, e continuar na adolescência e juventude com os mais altos índices de homicídios de adolescentes e jovens, principalmente de jovens negros das periferias dos grandes centros urbanos.

Entender os ciclos de vida como complementares permite compreender o desenvolvimento real da criança, do adolescente e do jovem como sujeitos que se constituem progressivamente em um processo de transições e rupturas que os prepara e potencializa suas capacidades para usufruir e ampliar seus direitos ou que os exclui, estigmatiza e frustra o seu desenvolvimento.

A construção histórica da adolescência

Sempre que se fala em adolescência, é necessário chamar atenção para a necessidade de evitar o senso comum, o preconceito e a ‘estigmatização’ existentes na sociedade sobre essa fase da vida. Muito do que se sabe sobre a adolescência provém de exageros na interpretação de atitudes dos adolescentes, de formas caricaturadas de como a mídia, em geral, os/as representa; e de visões do passado que já foram superadas pelos estudos de novas áreas do conhecimento que vieram colaborar com os conhecimentos construídos ao longo da história. É preciso destacar que a adolescência passou a existir como área de estudo, de identificação do sujeito e socialmente reconhecida na sociedade ocidental após a Revolução Industrial, no século XIX.

A referência a essa fase da vida aparece desde os filósofos antigos, que se dedicavam a pensar sobre as teorias, os valores éticos e as atitudes que se desejava que os jovens tivessem diante dos mistérios da vida. Atribuem-se a Sócrates e Aristóteles frases nas quais teriam reclamado da instabilidade e da falta de vontade dos adolescentes. Mesmo assim, ambos se empenharam em identificar processos positivos que ocorrem em cada fase da vida

para ajudá-los a se desenvolverem a partir de seus modelos ideais.

Com o surgimento da psicologia, Sigmund Freud (1856-1939) deu uma contribuição importante para o estudo da dimensão subjetiva da adolescência.

Com a contribuição de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) no livro ‘Emílio’, avançou-se na perspectiva de uma pedagogia que veja o adolescente como um ser em formação.

Resgatamos aqui alguns parágrafos de um texto de minha autoria, publicado em 2012, intitulado ‘O princípio da ‘pessoa em desenvolvimento’ como definidor de oportunidades para a ação do Estado na vida dos adolescentes autores de atos infracionais’ para trazer aspectos da adolescência construídos ao longo da história.

Emile Durkheim (1858-1917), sociólogo que estudou profundamente o chamado ‘fato social’, demonstrou que a sociedade é um conjunto de normas, ações, ideias, valores que não estão somente na consciência do indivíduo, mas que são construídas na vida em sociedade. Quando alguém passa a viver em sociedade, já a encontra pronta e vai se construindo a partir do que vivencia. O sociólogo acreditava que, se pudesse demonstrar o quanto um ato individual é o resultado do meio social que o cerca, teria uma prova da utilidade da sociologia. Ao estudar a questão do suicídio, ele revelou como os jovens se sentiam pressionados pelo excesso de rigor e controle ou pelo total abandono e indiferença. Dos estudos de Durkheim originou-se uma discussão que vê a adolescência mais como uma produção social ou até como uma ‘conquista social’.

A palavra ‘adolescente’ também foi estudada em sua origem para tentar estabelecer-lhe um significado. Originária do latim, seu significado já foi explicado como *ad-olescer* (para crescer), *adolescere* (adoecer) ou *adolescens* (homem jovem). Na verdade, o estudo da palavra não ajuda muito a entender o conceito, pois, por mais que se busquem as origens da palavra, o contexto do seu surgimento é que poderia ajudar a entender-lhe o sentido⁴⁽⁵³⁾.

Jean Piaget (1896-1980), por meio dos seus estudos, revelou os processos de desenvolvimento e como o ser humano aprende. Ele descreveu o desenvolvimento na infância e adolescência em quatro fases: i) fase sensório-motor (0 a 2 anos de idade), caracterizada basicamente pela obtenção de informações visuais e motoras, durante a qual a criança desenvolve o conhecimento sobre o meio que a cerca, os objetos e o espaço, vendo os resultados de suas próprias ações localizadas no espaço e no tempo; ii) fase pré-operatória (2 a 7 anos de idade), em que o animismo e o egocentrismo são próprios dessa fase – a criança dá vida a objetos e às coisas da natureza, tudo gira em torno de sua própria existência, o aparecimento da linguagem contribui para sua socialização; iii) fase operatória concreta (7 a 12 anos de idade), caracterizada pelo domínio de operações concretas que se combinam entre si, das quais a criança tem consciência dos mecanismos e de como se coordenam – é chamada também de pensamento operacional e lógico, pois, nessa fase, a criança usa a lógica para resolver problemas, mas se limita a resolver problemas concretos; iv) fase operatória formal (a partir dos 12 anos de idade), quando o adolescente passa a dominar a capacidade de abstração e entender-se parte de um contexto.

Adolescentes desenvolvem a capacidade de fazer hipóteses, examinar afirmações e questioná-las. Com o domínio de um amplo conjunto de habilidades, passam a ter mais facilidade de aprender desde que seu interesse seja instigado. Como já dominam a abstração e a possibilidade de pensar sobre as ideias (metapensamento), aumentam sua capacidade de socialização.

Para ele [Piaget], a adolescência corresponde ao momento mais marcante do desenvolvimento da inteligência, pois é nessa fase que o pensamento atinge sua capacidade de abstração na forma hipotético-dedutiva ou lógico-matemática. É o momento de passar das questões concretas para discutir ideias, formular hipóteses e chegar a conclusões,

desenvolvendo a capacidade do pensamento dialético. Essa capacidade projeta-se em sua socialização, ajudando o adolescente a ser mais cooperativo no grupo e estabelecer relações de reciprocidade⁴⁽⁵⁴⁾.

Em seu livro 'Juízo Moral da Criança'⁵, Piaget demonstrou que o desenvolvimento moral da criança vai se desenvolvendo a partir de suas interações com os outros. Ao analisar, por meio da observação de jogos, ele percebeu que o respeito às regras pelas crianças e pelos adolescentes tem sentidos diferentes. Enquanto as crianças respeitam as regras e têm dificuldades de alterá-las, os adolescentes aceitam novas combinações e fazem observações sobre elas. De qualquer forma, a cooperação que o jogo exige é o elemento importante para que o adolescente vá assumindo valores e atitudes.

Pela importância dos estudos precursores de Piaget e pela singularidade de sua contribuição em diferentes campos, registramos aqui os elementos-chave do desenvolvimento do juízo moral de Piaget, usando como base o quadro-síntese de sua contribuição sistematizado pela psicóloga e pedagoga Denise D'Aurea-Tardeli na 'Revista Mente e Cérebro'⁶⁽²⁵⁾:

Período 'sensório-motor', de 0 a 2 anos de idade, com o desenvolvimento cognitivo baseado na inteligência de ordem prática e o juízo moral marcado pela anomia, não havendo um sentido de moralidade.

Período 'pré-operatório', de 2 a 7 anos de idade, com o desenvolvimento cognitivo baseado no aparecimento da função simbólica e desenvolvimento da linguagem e o juízo moral marcado pela heteronomia; moral baseada no medo de represália; obediência à autoridade.

Período 'operatório-concreto', de 7 a 12 anos de idade, com o desenvolvimento cognitivo do pensamento racional e lógico e o juízo moral marcado pela heteronomia; moral baseada no respeito unilateral e na reciprocidade; crianças seguem as regras e esperam que todos façam o mesmo.

Período ‘operatório formal’, a partir dos 12 anos de idade, com o desenvolvimento cognitivo da capacidade de abstração, simultaneidade e metapensamento e o juízo moral marcado pela autonomia, moral baseada em princípios superiores das leis e no respeito mútuo; equidade e cooperação; reconhecimento de que as regras podem ser mudadas.

Embora Piaget concentre sua atenção no desenvolvimento do indivíduo e analise sua interação, no caso de sua obra sobre o juízo moral, por meio da observação de experiências de jogos, ele refere-se a esse aspecto como ‘a irritante questão do indivíduo e do social’⁵. É provável que ele não tivesse muita paciência para o debate um tanto infrutífero que indagava se o indivíduo é resultado do meio social ou se ele é só resultado de suas próprias características. Obviamente, ambos os aspectos são importantes, mas, até hoje, observa-se que setores tanto da academia como das práticas sociais têm dificuldades para articular as duas dimensões no estudo do desenvolvimento humano.

Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934), nascido no mesmo ano que Piaget, concentrou seus estudos na interação das dimensões individual e coletiva do desenvolvimento humano; como o sujeito se constitui a partir de seus aspectos subjetivos e como os aspectos sociais e coletivos influenciam na formação do indivíduo. Denominado sociointeracionismo, esse campo de estudo do desenvolvimento foi muito importante para preservar a singularidade dos sujeitos e, ao mesmo tempo, demonstrar como o entorno social atua em sua formação.

Isto significa, simplesmente, que certas categorias de funções mentais superiores (atenção voluntária, memória lógica, pensamento verbal e conceptual, emoções complexas etc.) não poderiam emergir e se constituir no processo de desenvolvimento sem o aporte construtivo das interações sociais⁷⁽¹⁷⁾.

Embora a ideia de interações sociais esteja presente em outras teorias, é Vygotsky quem

as explicita em um conjunto teórico articulado que examina o desenvolvimento humano a partir de dimensões mais profundas da formação das ideias, do conhecimento, da repetição, da resposta social e de processos continuados e interrelacionados.

Estamos diante de uma tese de Vygotsky que não foi ainda suficientemente assimilada e explorada na pesquisa, mesmo no campo da psicologia contemporânea: o essencial no desenvolvimento não está no progresso de cada função tomada isoladamente, mas na mudança de relações entre diferentes funções, tais como a memória lógica, o pensamento verbal, etc.; dito de outra maneira, o desenvolvimento consiste em formar funções compostas, sistemas de funções, funções sistêmicas, sistemas funcionais⁷⁽¹⁸⁾.

A complexidade do pensamento de Vygotsky está exatamente na busca do conhecimento sobre múltiplos processos interligados que decorrem das experiências práticas, simbólicas, sociais e culturais. A esses processos, também se conectam heranças genéticas, características individuais e aspectos ligados ao contexto familiar.

O que é importante reter para nosso interesse é que, na teoria sociointeracionista, a capacidade física e a inteligência humana não realizam seu potencial sem os instrumentos adequados, isto é, sem a transferência dos elementos da cultura e da tecnologia dominados em cada período da história. O que leva os adolescentes à prática de um ato infracional não se resume ao resultado da atuação do indivíduo no meio social. Aspectos da cultura, dos valores e das possibilidades da presença do sujeito no mundo são determinantes sociais a serem estudados e conhecidos para que se reconheça o sujeito como organismo vivo no contexto histórico e cultural, e para que o próprio adolescente se reconheça a si mesmo enquanto pessoa com sua própria história, cultura e contexto.

Sigmund Freud (1856-1939) foi o médico neurologista austríaco que desenvolveu a psicanálise, uma teoria e prática que ampliou a

compreensão do ser humano como sujeito, aprofundando o conhecimento sobre a mente humana e demonstrando a importância do inconsciente para a solução dos problemas psíquicos. Para ele, o desenvolvimento psicosssexual é a questão principal da teoria psicanalítica dos instintos, a qual explica que, ao nascer, todos possuem uma energia sexual, a libido, que se desenvolve em cinco fases: de 0 a 1 ano, a fase oral; dos 2 aos 4 anos, a fase anal; dos 4 aos 6 anos, a fase fálica; dos 6 aos 11, a fase de latência; e, a partir dos 12 anos, com o início da adolescência, a fase genital, na qual há uma retomada dos impulsos sexuais e o adolescente passa a buscar, em pessoas fora de seu grupo familiar, um objeto de amor.

A adolescência é um período de mudanças no qual o jovem tem que elaborar a perda da identidade infantil para, aos poucos, construir uma identidade adulta. Ele procura se diferenciar do outro, ao mesmo tempo em que procura se inserir num grupo com estilos e gostos próprios⁸⁽²⁴⁾.

Nesse apanhado histórico de contribuições para o estudo da adolescência como fase do desenvolvimento humano, a questão da 'crise de identidade' vivida por adolescentes foi abordada na obra de Erik Erickson (1902-1994)⁹. Nas oito fases de desenvolvimento pelas quais, segundo Erickson, o indivíduo passa ao longo da vida, a quinta é a da puberdade-adolescência, vivida entre os 11 e 19 anos de idade. A característica destacada por ele é a busca por saber reconhecer-se a partir do que a pessoa é e do que ela quer ser.

Aspectos centrais sobre o desenvolvimento do cérebro na adolescência

Os estudos de neurociência¹⁰ trouxeram uma contribuição importante para conciliar os aprendizados históricos, enfrentar alguns

mitos e introduzir um estudo mais sistemático e profundo sobre o cérebro do adolescente.

No campo da neurociência, há um interesse em estudar o que caracteriza a adolescência. Existem estudos voltados para a maturação cerebral que identificam, na adolescência, um momento de turbulência causado pelo que seria o desenvolvimento do cérebro a partir da fase anterior do encéfalo deixando por último as conexões do córtex frontal. Como é no córtex frontal que os aspectos da adaptação social e a elaboração dos juízos se formam, poderíamos, então, justificar alguns comportamentos dos adolescentes por essa situação da formação do cérebro. Outros cientistas vão atestar que a formação cerebral se encontra em estado tão avançado na adolescência que acelera a velocidade da aprendizagem, facilita a abstração, promove a autonomia e facilita a memória seletiva para os contatos sociais. António Damásio, em sua obra *O erro de Descartes*, mostra que os processos cerebrais ocorrem de forma correlacionada, superando a dicotomia corpo-espírito e revelando que a emoção não é um luxo. Emoção, razão e cérebro humano formam um conjunto indissociável. Embora menos evidentes, as mudanças internas são igualmente profundas. Pesquisas neurocientíficas realizadas recentemente indicam que, na fase inicial da adolescência, o cérebro passa por uma aceleração espetacular do desenvolvimento elétrico e fisiológico. O número de células cerebrais pode quase duplicar no espaço de um ano, enquanto as redes neurais são radicalmente reorganizadas, causando um impacto sobre a capacidade emocional, física e mental⁴⁽⁵⁶⁻⁵⁷⁾.

Os estudos mais recentes de neurociência estão fazendo descobertas cada vez mais assertivas em relação à adolescência. Um exemplo da especificidade desses estudos é a recente publicação da professora Sarah-Jayne Blakemore, do Instituto de Neurociência Cognitiva da University College London (UCL), na Inglaterra. Ela mostra, a partir de testes que combinam técnicas de resposta a

questões pré-estruturadas e imagens cerebrais por meio de ressonância magnética, novos aspectos do comportamento dos adolescentes. No artigo intitulado 'Preocupação amplificada sobre risco social na adolescência: desenvolvimento e validação de uma nova medida'¹¹, assinado por ela e por pesquisadores da área de psicologia e psiquiatria, propõe-se o desenvolvimento de uma medida para a possibilidade de adolescentes assumirem riscos relacionados à saúde e riscos sociais. O artigo revela que os adolescentes não têm uma natureza antissocial e que não há evidências de que, nessa fase da vida, eles gostem de correr riscos e de desafiar a sociedade.

Isso apoia o corpo de evidências de que a adolescência é um período de intensa sensibilidade ao meio social. Além disso, tanto a preocupação com a saúde quanto o risco social diminuíram com a idade, mas a taxa de diminuição foi mais acentuada para risco social versus risco à saúde, sugerindo que a adolescência é um período de preocupação ampliada com o risco social. No sentido prático, essas descobertas têm implicações potenciais para as políticas públicas. Dentro do contexto da educação, uma compreensão do risco social pode oferecer uma visão sobre porque os adolescentes estão mais ou menos motivados para se envolver com o trabalho escolar. [...] Dentro de um contexto legal, as preocupações em torno do risco social podem ser um fator nas decisões dos adolescentes de se envolverem em comportamento criminoso, particularmente em contextos de pares no qual ao optar por não participar de um comportamento do grupo pode correr o risco de ser excluído do grupo. Juntas, essas descobertas destacam a importância do risco social no comportamento do adolescente e sugere que intervenções para reduzir o comportamento de assumir riscos nessa faixa etária devem considerar o papel do risco social¹¹⁽¹⁷⁾.

Essa ideia de desenvolvimento contínuo, de complementaridade dos ciclos de vida e de rupturas e continuidades ajuda a entender melhor diversos fenômenos sociais, por

exemplo, a prática de atos infracionais por adolescentes. Para entender o sujeito, é preciso compreender sua trajetória, expressão utilizada por esse autor no estudo sobre a prática de atos infracionais registrada no livro 'Sem Liberdade, Sem Direitos'¹².

Esse apanhado de diferentes abordagens no estudo da adolescência mostra que a percepção sobre essa fase da vida vem evoluindo a partir dos diferentes estudos e reforça a importância de manter um processo contínuo de observação, estudo e atualização.

Adolescência: interação, autonomia e identidade

Como se pode observar na breve menção às diferentes teorias sobre a adolescência, os três elementos centrais dessa fase da vida são a interação, a autonomia e a identidade.

A interação é o processo resultante do amadurecimento do adolescente e da busca de relações para além do contexto familiar e escolar. Enquanto as crianças interagem com seus pares a partir do que seus adultos responsáveis permitem, o adolescente estabelece relações baseadas em seus próprios interesses. Esse processo faz parte de sua autoafirmação e é decisivo para sua autoestima, uma vez que é no grupo de pares que encontra sua maior afinidade de interesses.

Quando os pais ou responsáveis reprimem as relações que o adolescente desenvolve por conta própria, a tendência é ele esconder essas relações e mantê-las em certa clandestinidade. Essa atitude de não enfrentar o embate com os pais e preferir aparentar obediência é o princípio de uma ruptura com a autoridade dominante e a criação de um subterfúgio que gera uma acomodação aparente. A frase mais escutada pelos profissionais que atuam na socioeducação, dita pelos pais (essencialmente pelas mães, pois elas são a maioria a manter um vínculo com o adolescente sentenciado) é: *“meu filho andava em má companhia e não queria me escutar”*.

A ampliação das interações sociais é um processo essencial para o desenvolvimento humano. O ser humano é, essencialmente, um ser social, quer dizer, é um ser que desenvolve a maior parte de suas competências e habilidades pela sua interação com os outros. É preciso que essas interações sejam estimuladas, apoiadas e orientadas para que adolescentes tirem o melhor proveito delas e não se deixem dominar pelos mais experientes. A exploração sexual de crianças e adolescentes, o trabalho infantil, a exploração do trabalho do adolescente, o recrutamento de adolescentes pelo tráfico de drogas, de armas e de pessoas e o aliciamento para a prática de delitos ocorrem exatamente nesse campo das interações sociais, quando o adolescente não tem o suporte do seu grupo familiar para ajudá-lo a fazer uma leitura crítica sobre os interesses dos grupos que se aproximam.

Nesse processo, o diálogo é o caminho mais importante para ajudar o adolescente a entender que as relações humanas são mediadas pelos mais variados interesses: afetivos, econômicos, religiosos, políticos, sexuais, sociais e diversos outros. Há também interesses mútuos, colaborativos, solidários, de compartilhamento de visões e ideais. A principal questão é que todos esses interesses se misturam no cotidiano das vivências familiares, comunitárias, institucionais e sociais, e que é preciso muita atenção, diálogo, autoconfiança e autoconhecimento para separar uns dos outros.

No contexto de um diálogo familiar positivo, construído desde a infância ao longo dos ciclos de vida, será possível ajudar o adolescente a fazer suas escolhas. Já em um contexto de conflitos, repressão, distanciamento e imposição de padrões de relacionamento, é muito previsível que adolescentes busquem distanciamento da orientação do núcleo familiar e construam seu círculo de referência exatamente no campo oposto ao orientado, como um processo de autoafirmação e contestação.

A segunda dimensão importante do desenvolvimento que ocorre na adolescência é a autonomia, termo que tem origem na ideia de

‘fazer as próprias regras’. Trata-se de um tema muito estudado pela maioria dos psicólogos que investigam o desenvolvimento humano, pois essa dimensão é essencial para a construção dos juízos e valores e, como diria Piaget, para a busca do equilíbrio entre o que se quer e o que se faz. Na adolescência, o sujeito está equipado de conhecimentos, habilidades e competências que lhe garantem uma visão mínima do que é certo e errado. O que gera conflito e disputa é a relação dos adultos com esses conceitos. Nesse contexto, há consenso de que todos devem respeitar a lei, porém é evidente que nem todos o fazem.

O grande conflito observado por adolescentes é a incoerência entre o que se faz e o que se diz. À medida que o adolescente se dá conta dessa incoerência, pais, professores, líderes e pessoas de referência vão perdendo a legitimidade e passam a ser questionados. A reação a esses questionamentos, com a mera repressão ou com a desqualificação do adolescente, gera afastamento e perda de referência. Esse conflito interno vai se tornando uma atitude relapsa em relação à importância da lei e das normas, e adolescentes preferem ficar por conta própria.

A terceira dimensão importante do desenvolvimento humano na adolescência é a formação da identidade. Conforme mencionado, os processos de construção da identidade são contínuos, mas têm na adolescência sua maior exuberância. Ademais, é importante que seja assim, pois a superação da fase determinada pelas aprendizagens da infância ocorre justamente com a construção do sujeito adolescente que se diferencia dos demais por sua singularidade e subjetividade. É o ser humano assumindo sua presença única no mundo a partir de suas escolhas e projeções.

Enquanto na infância a ‘imitação’ é um recurso importante de aprendizagem, na adolescência, a ‘diferenciação’, o fazer ‘do meu jeito’ e a marca própria têm mais importância, pois é a partir dessa atitude que adolescentes revelam como querem ser vistos pelo mundo e com quais referências

estéticas, comportamentais e atitudes querem se identificar.

Nessa fase do desenvolvimento, a afirmação sobre suas habilidades pessoais e o reconhecimento do grupo de pares a respeito delas também têm grande importância. Ser bom estudante, ter habilidades esportivas, habilidades artísticas, ser a pessoa engraçada do grupo e diversas outras características que reforçam a diferenciação do indivíduo no coletivo, desde que positivas, são uma fonte de imenso prazer e realização. É nessa fase de vida que as identidades de gênero, étnico-racial, de local de moradia e de grupos de pertencimento ganham grande relevância para o adolescente. Quando essas características são valorizadas socialmente, viram fonte de prazer e realização, e quando são rejeitadas, discriminadas ou menosprezadas, geram profunda dor psíquica, sofrimento e frustração.

No desenvolvimento do adolescente, para construir sua identidade, ampliar sua interação e produzir sua autonomia, embora possa parecer contraditório, reação dos seus pares tem grande importância. Adolescentes sofrem forte influência do que dizem, fazem e propõem outros adolescentes.

Os estudos mais recentes no campo da neurociência destacam a importância da opinião dos/as outros/as adolescentes no comportamento de cada indivíduo. Adolescentes são muito suscetíveis à opinião e reação dos seus pares.

Eles atribuem muita importância à opinião e à atitude dos seus pares, mas isso não significa essas opiniões estão corretas. Ajudar a desenvolver um senso crítico sobre elas é um grande desafio, mas jamais se poderá ignorá-las como se não fossem importantes para cada adolescente.

A adolescência é um período da vida muitas vezes caracterizado por comportamentos que, *prima facie*, são irracionais, como correr riscos aparentemente excessivos e impulsividade. No entanto, esses comportamentos podem ser interpretados como adaptativos e racionais se

considerarmos que um dos principais objetivos de desenvolvimento deste período da vida é amadurecer em um adulto independente no contexto de um mundo social instável e mutável. Propõe-se que, para os adolescentes, o risco social de ser rejeitado pelos pares supera outros resultados potencialmente negativos das decisões, como ameaças à saúde ou a perspectiva de ser pego. Além disso, a influência dos pares na adolescência pode levar a comportamentos pró-sociais e anti-sociais. Os mecanismos neurocognitivos de influência dos pares incluem a recompensa social de ser aceito pelo grupo de pares, a excitação e a mentalização aumentada, que está associada ao desenvolvimento da rede social cerebral⁽¹¹⁶⁾.

A forma como a evolução das interações sociais, a construção da identidade e a produção da autonomia ocorrem na adolescência constitui o elemento fundante para pensar em políticas públicas para essa fase da vida. Trata-se de observar, problematizar, refletir e contribuir para que o próprio adolescente se dê conta de como esses três processos ocorreram ao longo de sua vida e de como eles podem ser reorganizados para que adolescentes alcancem seus objetivos pessoais a partir de práticas sociais fundamentadas em uma ética de respeito aos outros, à sua humanidade, portanto, à sua dignidade e à sua vida.

Todos esses processos de desenvolvimento na adolescência ocorrem em um contexto social, econômico, regional, étnico-racial e cultural. Por isso, ao falar dessa fase da vida, é preciso tomar o cuidado de mencioná-la no plural. De fato, são muitas adolescências significadas de diferentes maneiras em diversos contextos.

Ao contrário da maioria das suposições feitas pelas neurociências até vinte anos atrás, pesquisas mais recentes provaram que o cérebro não para de mudar na infância. Descobertas robustas de estudos sobre o desenvolvimento estrutural do cérebro mostram que o cérebro humano se desenvolve

ao longo da adolescência e início da idade adulta. Em particular, após a idade de oito/nove anos, não ocorre mais crescimento no tamanho do cérebro, mas as mudanças em sua composição interna continuam a ocorrer. A massa cinzenta diminui em média 15% durante a adolescência, enquanto a massa branca aumenta linearmente cerca de 1% ao ano durante o mesmo período. Todos os estudos realizados até agora levam em conta o adolescente médio, mas reconhecem a importância das diferenças individuais criadas por fatores genéticos e ambientais nos volumes de matéria branca e cinzenta. Atualmente, uma grande área de pesquisa está se concentrando na hipótese de que trajetórias específicas do desenvolvimento do cérebro podem determinar o desenvolvimento de certos problemas de saúde mental¹³⁽⁷⁾.

Além da neurociência, outras áreas do conhecimento estão realizando estudos e pesquisas que contribuem para atualizar o conhecimento sobre a adolescência e os/as adolescentes.

Durante uma oficina sobre gravidez na adolescência, uma adolescente afirmou: “Vocês querem entender a gravidez na adolescência? Então é preciso olhar para além da nossa barriga, ouvir também nossa cabeça e nosso coração”¹⁴⁽¹¹⁾.

No contexto da complementaridade dos ciclos de vida, adolescentes se apresentam como sujeitos específicos que demandam políticas públicas especializadas para efetivar seus direitos e promover seu desenvolvimento integral. Considerando os aspectos destacados neste ensaio – notadamente, a interação, a autonomia e a identidade –, é preciso enfatizar que a proposição, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas para essa fase da vida só terão efetividade com o engajamento e a participação ativa e consciente dos próprios adolescentes.

Contribuições de autoria

Volpi M (0009-0002-6942-0911)* é responsável pela elaboração do manuscrito. ■

Referências

1. UNICEF Office of Research – Innocenti. The adolescent brain: a second window of opportunity. Florence: UNICEF Office of Research – Innocenti; 2017.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [Internet]. [Rio de Janeiro]: IBGE; 2022. Panorama do Censo 2022; 2022 [acesso em 2026 fev 27]. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=BR>
3. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil – 2017 a 2023. Brasília, DF: UNICEF; 2025.
4. Volpi M. O princípio da “pessoa em desenvolvimento” como definidor de oportunidades para a ação do Estado na vida dos adolescentes autores de atos infracionais [Internet]. In: Minas Gerais, Governo do Estado, Secretaria de Estado de Defesa Social, Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeduca-

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

- tivas. Medidas Socioeducativas: contribuições para a prática. Organizado por: Carolina Proietti Imura e Elaine Rocha Maciel. Belo Horizonte: Editora FAPI; 2012 [acesso em 2026 fev 27]. 234 p. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_res-tritos/files/migrados/File/publi/mse/mse_contribui-coes_para_a_pratica_seds_mg_2012.pdf
5. Piaget J. O Juízo Moral na Criança. 1ª ed. São Paulo: Summus; 1994.
 6. Revista *Mente e Cérebro*. O olhar adolescente – Espelhos da sociedade. São Paulo: Duetto Editorial; [2014];(4):25.
 7. Coelho EP, organizador. Lev Semionovich Vygotsky. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana; 2010.
 8. Ozella S. Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez Editora; 2008.
 9. Mayer H. Tres teorías sobre desarrollo del niño: Erikson, Piaget y Sears. Buenos Aires: Amorrortu Editores; 1989. p. 19-82.
 10. Damásio A. O erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano. São Paulo: Companhia das Letras; 1996.
 11. Blakemore SJ. Avoiding Social Risk in Adolescence. *Curr Dir Psychol Sci*. 2018;27(2):116-22. DOI: <https://doi.org/10.1177/0963721417738144>
 12. Volpi M. Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez; 2002.
 13. Blakemore SJ. *Inventing ourselves: the secret life of the teenage brain*. New York: PublicAffairs; 2018.
 14. Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Fundo de População das Nações Unidas. *Gravidez na Adolescência no Brasil – Vozes de Meninas e de Especialistas* [Internet]. Brasília, DF: Indica; 2017 [acesso em 2026 fev 27]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/gravidez-na-adolescencia-no-brasil-vozes-de-meninas-e-de-especialistas>

Recebido em 06/08/2025

Aprovado em 09/12/2025

Conflito de interesses: inexistente

Disponibilidade de dados – os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito

Suporte financeiro: não houve

Editor responsável: Marcelo Moreira Rasga, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Estratégia Fiocruz para a Agenda (EFA2030), Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7851702065010431>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3356-7153>, e-mail: rasgamoreira@gmail.com